

V REUNIÃO DE PONTOS FOCALIS DA IGUALDADE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ata da Reunião

Hotel Comfort Suítes Brasília

Brasília/DF – 30 de outubro de 2017

Abertura, apreciação da agenda e passagem da coordenação da Reunião

A Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do Brasil, Fátima Pelaes, deu as boas-vindas aos Pontos Focais e passou a palavra a Timor Leste, detentor da presidência *pro tempore* até 2016. Maria José Sanches, Ponto Focal de Timor Leste, apresentou suas considerações sobre os resultados da presidência e, na sequência, Kilvia Teixeira, Assessora Especial da Secretaria de Políticas para Mulheres do Brasil (SNPM), apresentou sobre a metodologia da reunião e o formato das mesas que aconteceram durante o dia e seus eixos específicos. Procedeu ainda à apreciação da agenda, aprovada por todas, e justificou a ausência temporária de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

A lista de participantes consta como **ANEXO I**.

A agenda do encontro consta como **ANEXO II**.

Mesa Técnica 01 – Empoderamento das Mulheres e Meninas do Campo, das Águas e da Floresta

Em seguida, a palavra foi passada à mediadora, Marise Nogueira, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que fez uma breve saudação inicial.

A gerente de programas da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, realizou uma apresentação acerca da situação de mulheres e meninas rurais e a ampla diversidade dessas mulheres.

Foi realizada uma rodada de intervenções, em que cada Ponto Focal teve a oportunidade de apresentar um panorama sobre mulheres e meninas do campo, das águas e da floresta em seus respectivos países.

Nas intervenções dos Pontos Focais, constataram-se semelhanças nos desafios e soluções apresentadas. Destacou-se a necessidade de aumentar os índices de alfabetização entre as mulheres do campo, das águas e da floresta e a necessidade de garantir seu acesso aos ativos produtivos, dentre os quais a titularidade da posse da terra, o acesso ao crédito, o acesso à capacitação técnica, o acesso à água. Ressaltou-se a necessidade de aprofundar a regularização da cidadania dessas mulheres, incluindo-se a obtenção à documentação que permita o acesso das mulheres aos serviços públicos. Indicou-se ainda a necessidade de aumentar a autonomia dessas mulheres na gestão de sua saúde sexual e reprodutiva. Destacou-se a necessidade de aprofundar empoderamento político das mulheres do campo e da floresta. Por fim, ressaltou-se a necessidade de aprofundar estudos de uso do tempo nas atividades desenvolvidas por mulheres do campo, das águas e da floresta, para aumentar a visibilidade de suas atividades e do acesso às políticas públicas.

Mesa Técnica 02 – Educação para Prevenção da Violência contra as Mulheres e Meninas

A segunda mesa técnica foi moderada pela Ministra Andrea Saldanha, Diretora Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação, que cumprimentou a todas as autoridades e técnicas presentes, representantes diplomáticos e à ONU Mulheres.

A moderadora sinalizou a importância da reunião e da continuidade e aprovação do Plano Estratégico e passou a palavra a Amanda Lemos, especialista no tema da ONU Mulheres, que apresentou experiências de prevenção à violência contra as mulheres, a partir da perspectiva da educação feminista.

Foi realizada uma rodada de intervenções, em que cada Ponto Focal teve a oportunidade de apresentar um panorama da educação para prevenção da violência contra as mulheres e meninas.

Os Pontos Focais destacaram a importância da existência de legislação específica e do fortalecimento de marcos jurídicos de enfrentamento à violência contra as mulheres, ainda que tenha sido ressaltada a dificuldade na efetiva implementação de legislações quando existentes. Foi ressaltada a importância de estratégias nacionais (programas ou planos) de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, que contemple sistemas de informação sobre a violência. Foi citada também a necessidade de formação e capacitação de profissionais que atuam no enfrentamento à violência, incluindo os do Sistema de Justiça Criminal. Apontaram a redução da pobreza e redução das desigualdades sociais como fundamentais para o empoderamento e autonomia das mulheres. Destacaram a urgência na erradicação da prática da mutilação genital feminina. Finalmente, pontuaram a centralidade da educação como estratégia de desconstrução de estereótipos de gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a transversalização da temática de gênero na educação como promoção de uma mudança cultural.

Mesa Técnica 03 – Desafios para Implementação da Legislação para Igualdade de Gênero

A moderadora Kilvia Teixeira, Assessora Especial da SNPM, introduziu o tema e o atual estado da política para as mulheres no Brasil. Posteriormente, passou a moderação para a deputada federal Soraya Santos.

Foi realizada uma nova rodada de intervenções, em que cada Ponto Focal teve a oportunidade de apresentar um panorama dos desafios para implementação da legislação para igualdade de gênero.

Nesta rodada, destacou-se a importância de legislação que garanta a representação de mulheres no Parlamento e em cargos diretivos de empresas, bem como o de legislação que garanta a licença maternidade para a promoção da equidade de gênero. Destacou-se a importância da institucionalização da transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas através de comitês intersetoriais, por exemplo.

No âmbito da CPLP, foi sugerido o uso da plataforma web da CPLP para intercâmbio de recursos, indicadores e boas práticas de cada país-membro. Foi sugerido que, em vez de se criar estruturas paralelas seria mais interessante utilizar-se das já existentes, como os pontos focais da CPLP. Foi sugerido, também, o estreitamento da relação da CPLP com a ONU, além de reuniões ministeriais extraordinárias da CPLP. Reforçou-se a importância do estabelecimento de mecanismos de seguimento para a implementação de ações com resultados concretos pela CPLP.

A moderadora, Kilvia Teixeira do Brasil, ressaltou a importância de a plataforma web estar em funcionamento para a próxima reunião da Comissão da Situação da Mulher (CSW).

O trabalho das mesas técnicas foi encerrado às 16h.

Seguiu-se a apreciação e aprovação da Declaração de Brasília/CPLP 2017, que consta como **ANEXO III**.

Por fim, realizou-se a discussão e aprovação do Plano de Ação para Promoção da Igualdade e Equidade de Gênero. Destaca-se a aprovação, em consenso, do alargamento do período de implementação do referido Plano até 2020, com especial diálogo e concordância com a Ministra de Cabo Verde, Maritza Rosabal, que esteve presente durante o debate e que assumirá a próxima presidência *pro tempore* da CPLP.

O resultado da discussão sobre o Plano de Ação encontra-se no **ANEXO IV**.

Finalmente, foi debatida a possibilidade de se criar um Observatório do Gênero da CPLP e, não tendo sido consensual a possibilidade de se avançar no imediato com esta atividade, os Pontos Focais concordaram em continuar a discutir esta ideia, de forma a torná-la viável no futuro.

Assinado em Brasília, Brasil, no dia 30 de outubro de 2017,

Pela República de Angola
Marilena C. Manguera Gambôa

Pela República Federativa do Brasil
Kilvia Cristina Teixeira

Pela República de Cabo Verde
Rosana Almeida

Pela República da Guiné-Bissau
Eunice Maria Rodrigues Vaz Perdigão

Pela República da Guiné Equatorial
Madianera Mkibuy

Pela República de Moçambique
Angelina Paulo Lubrino

Pela República Portuguesa
Teresa Fragoso

Pela República Democrática de Timor-Leste
Maria José Sanches